



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA

18.11.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

1 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SUMÁRIO

- ✂ [AUSÊNCIA DE RESPOSTA DA POLÍTICA – O Popular](#)
- ✂ [UM APELO À VALORIZAÇÃO – O Popular](#)
- ✂ [UM VIVA À CONSCIÊNCIA NEGRA! – Folha de São Paulo](#)
- ✂ [POLARIZAÇÃO AFETIVA PRODUZ VIOLÊNCIA POLÍTICA E ATITUDES ANTIDEMOCRÁTICAS? – Folha de São Paulo](#)
- ✂ [A NOÇÃO DE 'GLOCALIZAÇÃO' – Folha de São Paulo](#)
- ✂ [ATENTADO CONTAMINA 2026 COM PASSOS CALCULADOS DE LULA, BOLSONARO E GOVERNADORES COTADOS – Folha de São Paulo](#)
- ✂ [BRASIL BUSCA CONSOLIDAR AVANÇOS NO G20 APÓS ANO DE CONSENSOS MÍNIMOS – Folha de São Paulo](#)
- ✂ [DINO BARRA EMENDAS PIX E DESAGRADA DEPUTADOS E PREFEITOS – O Hoje](#)
- ✂ [G20: TAXAÇÃO DE SUPER-RICOS DEVE OPOR LULA A MILEI – Correio Braziliense](#)
- ✂ [BRASIL E ITÁLIA ESTREITAM OS LACOS, APONTA EMBAIXADOR ITALIANO EM BRASÍLIA – Correio Braziliense](#)
- ✂ [A VACINA PARA O ÓDIO É A DEMOCRACIA – Correio Braziliense](#)
- ✂ [PRESIDENTE DO TST DEFENDE MAIS DEBATE EM REDUÇÃO DE JORNADA E 'UBERIZAÇÃO' REGULADA PELO CONGRESSO – Valor Econômico](#)
- ✂ [STJ MANTÉM DECISÃO CONTRA TRIBUTAÇÃO DE STOCK OPTIONS – Valor Econômico](#)
- ✂ [COMPLEXIDADE DA REFORMA TRIBUTÁRIA PODE ENCARECER A MORADIA – Valor Econômico](#)
- ✂ [STJ: JUIZ PODE OBRIGAR GOOGLE A TIRAR VÍDEOS DO AR EM OUTROS PAÍSES – Valor Econômico](#)
- ✂ [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 18.11.2024 – PÁG. 03

Ausência de resposta da política

Nathália Suzana Tozetto

Nos períodos eleitorais, a insatisfação e descrença dos cidadãos no processo político resultam em votos de protesto, votos em branco ou abstenção. Essas atitudes, embora legítimas, acabam fragilizando a democracia, pois afastam eleitores da cena política, abrindo espaço para políticos sem compromisso efetivo, e desviando o foco do real problema: a desconexão entre as políticas públicas executadas e as demandas sociais.

A responsividade do processo político envolve o quanto as decisões dos gestores públicos correspondem às preferências da comunidade. Ou seja, em que medida as políticas públicas atendem às reais necessidades dos cidadãos. Segundo Emmette Redford, especialista na área, avaliar essa responsividade relaciona-se com a moralidade democrática, que implica garantir que o sistema político induza o máximo potencial dos indivíduos, oferecendo atenção às suas necessidades e permitindo sua participação nas decisões.

A participação cidadã toma formas variadas: a) acesso à informação, por meio de educação, transparência e debate; b) abertura para debater problemas públicos; c) garantia de reivindicação sem retaliação; e d) consideração de demandas externadas. No Brasil, apenas o acesso à informação recebe alguma atenção, conforme a Lei 12.527/11, que obriga a transparência das informações públicas. Esta lei assegura ao cidadão o direito de obter dados sobre atividades dos órgãos públicos, incluindo políticas, uso de recursos e metas de programas.

Apesar dessas determinações legais, a realidade é preocupante: a lei é, em geral, ignorada, e informações claras sobre as políticas públicas são raras. Não basta saber que uma obra está sendo realizada; é preciso entender a lógica de sua inserção no conjunto de políticas públicas e quais objetivos são perseguidos. Segundo Élide Graziane Pinto, "nosso 'câncer coletivo' decorre da falta de clareza sobre as prioridades da ação governamental e da ausência de uma ordem nas escolhas do Estado". Desconhecemos nossos problemas e não priorizamos os conflitos a serem enfrentados, nem os recursos necessários para resolvê-los. Assim, acabamos repetindo erros históricos sem monitorar adequadamente os resultados.

Sem transparência sobre o que está sendo executado, o debate público se inviabiliza, gerando insatisfação com a administração pública. Além disso, outro pilar da moralidade democrática é a consideração das demandas externadas. A administração pública deveria, por exemplo, registrar e atender demandas ainda existentes mesmo após implementar uma política, como o déficit de vagas em creches, que persiste ano após ano sem solução.

A participação não depende exclusivamente do governo; requer a consciência e o engajamento de cada cidadão e entidade privada. A pressão social deve ir além das demandas individuais para incluir as coletivas,



influenciando o direcionamento das políticas públicas para que realmente respondam às necessidades da sociedade.

Um apelo à valorização

Fernando Picoli



Os peritos criminais e médicos legistas estão presentes em 25 cidades, cobrindo todo o Estado de Goiás, atuando de maneira incansável, 24 horas por dia, faça chuva ou sol. Trata-se de uma força policial altamente capacitada, composta por mestres e doutores, e reconhecida nacional e internacionalmente pelo trabalho realizado.

No entanto, a valorização desses profissionais ainda não reflete o impacto de sua atuação, seguem à margem do reconhecimento no âmbito da segurança pública de Goiás, tanto nas condições de trabalho quanto no devido reconhecimento de suas carreiras.

Ainda assim, os peritos mantêm seu compromisso de garantir que a Justiça seja feita com base em evidências científicas concretas.

A perícia criminal é baseada na ciência. Sem ela, muitos crimes permaneceriam sem solução e injustiças poderiam se perpetuar, mas não se reconhece o papel essencial que os peritos desempenham na solução de crimes, seja nas ruas, nos laboratórios ou no Instituto Médico Legal. Quando ocorre uma morte violenta, um acidente de trânsito, um arrombamento ou um dano ao patrimônio, são os peritos que analisam o local, coletam vestígios, fotografam e preservam as evidências decisivas para a resolução do caso. Independentemente do horário ou do local, esses profissionais estão prontos para agir, seja em um homicídio em área remota ou em um acidente fatal na madrugada.

Com base nas evidências coletadas, os peritos são capazes de determinar como uma morte ocorreu e, em muitos casos, se a cena foi manipulada. Em acidentes de trânsito, a análise técnica é crucial para reconstruir a dinâmica do evento e identificar possíveis responsáveis. Em crimes de arrombamento e dano, os peritos identificam os instrumentos utilizados e buscam digitais ou outros vestígios que possam vincular os suspeitos à cena. O trabalho da perícia vai além do local do crime. Utiliza tecnologia de ponta e rigor científico em cada perícia.

Na balística, determina-se a origem dos disparos, comparam-se projéteis e armas, e identificam-se as trajetórias dos tiros; a papiloscopia permite a comparação de impressões digitais e a identificação precisa de indivíduos; na documentoscopia, detectam-se fraudes em documentos. No campo da medicina legal, o trabalho dos peritos expande-se para áreas como a psiquiatria forense, especialidade fundamental para a compreensão de crimes cometidos em série. O compromisso da perícia é com a verdade, e as provas que esses profissionais produzem são a base sobre a qual a Justiça se sustenta, possibilitando a condenação de

culpados e a absolvição de inocentes. É importante que a nossa sociedade reconheça e valorize os peritos criminais e médicos legistas, pois isso fortalece não apenas a Segurança Pública no estado, mas também assegura que a Justiça em Goiás seja conduzida de forma técnica e imparcial.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 18.11.2024 – PÁG. A3

Um viva à consciência negra!

Reverencio os pretos de ontem e os de hoje que se insurgiram contra toda sorte de injustiça motivada pela aparência física

Ana Cristina Rosa

Acotirene, Aqualtune, Dandara, Madalena de Angola, Amaro, Ambrósio, Andalaquituche, Cabanga, Canhongo, Dambraganga, Ganga-Muiça, Ganga-Zona, Ganga Zumba, Gaspar, João Mulato, João Tapuia, Mouza, Osenga, Pedro Caçapa, Quissama, Tocolo, Zangui, Zumbi. São alguns nomes de mulheres e homens que ficaram conhecidos por sonhar com a liberdade e lutar por ela no Brasil colônia dos séculos 16, 17 e 18. Rebelados, ajudaram a construir e a manter o Quilombo dos Palmares, o maior da América Latina, na Serra da Barriga, em Alagoas.



Já no século 20, inconformados com a precariedade socioeconômica dos negros no país e com a história única que resumia os africanos e seus descendentes a seres escravizados, quatro amigos se uniram para criar o Grupo Palmares, em Porto Alegre (RS). E, ao realizarem evento para debater a negritude no país em 20 de novembro de 1971, os estudantes Antônio Carlos Côrtes (direito), Ilmo Silva (economia), Vilmar Nunes (administração), e o professor Oliveira Silveira lançaram a semente que (com o apoio e a luta dos movimentos sociais negros) originou o atual feriado do Dia Nacional da Consciência Negra.

Na semana passada, Côrtes lançou o livro "GRUPO PALMARES - De Porto Alegre ao Dia Nacional da Consciência Negra – Inverso da história por um dos fundadores" na tradicional Feira do Livro da capital gaúcha. Cito esses fundadores —os do Quilombo e os do Grupo Palmares—, mas ressalto que são muitas as pessoas que vêm lutando por equidade e justiça racial há séculos.

É inegável que pretos e pardos vivem em piores condições (econômicas, sociais e culturais) que seus compatriotas brancos neste país. Infelizmente. A despeito do princípio da igualdade consagrado na Constituição Federal (prevendo diferenciação de tratamento entre as pessoas só em casos específicos, para assegurar proteção) e das diversas leis sobre racismo.

Nesta semana do Dia Nacional da Consciência Negra, me valho do privilégio de escrever no maior jornal do país para reverenciar as pretas e os pretos de ontem e os de hoje que se insurgiram contra toda sorte de injustiça motivada pela aparência física. Um viva à consciência negra!

Polarização afetiva produz violência política e atitudes antidemocráticas?

Evidências empíricas de um novo estudo abrangente alimenta o debate em torno de duas explicações rivais sobre o assunto

Marcus André Melo



A violência política entrou com força na agenda pública não só em democracias avançadas mas também nas novas democracias, o Brasil incluso. Mas está longe de constituir algo inédito. Para ficar apenas nos EUA, onde Trump sofreu várias tentativas de assassinato, Bob Kennedy, candidato à Presidência, foi assassinado em plena campanha, semanas após Martin Luther King, liderança pública histórica, ser morto.

A agenda atual, porém, está fortemente marcada pelas relações entre violência política, polarização afetiva e atitudes antidemocráticas, o que discuti aqui. A intolerância e polarização/animosidade partidária estão em um crescendo; no entanto não

há consenso se elas implicam necessariamente atos extremos. Atualmente há duas posições rivais na ciência política: a primeira é que a animosidade interpartidária está intrinsecamente relacionada a atitudes antidemocráticas e violência política; a segunda é que se trata de fenômenos com dinâmicas próprias e distintas.

O estudo mais abrangente já realizado sobre a inter-relação entre estas questões acaba de ser publicado em Science e é coautorado por 76 pesquisadores, dentre os quais os mais importantes especialistas no assunto. Intitulado "Megastudy testing 25 treatments to reduce antidemocratic attitudes and partisan animosity", o trabalho é de natureza experimental. Uma amostra representativa de 32 mil americanos participa do estudo.

O grupo de tratamento é exposto a vídeos ou informações corrigindo estereótipos relacionados a 25 variáveis de interesse; vídeos de republicanos/democratas que são representativos, mas fogem de estereótipos (ex. que republicanos são ricos ou muito religiosos); ou o grupo de tratamento é indagado sobre como membros do partido rival tolerariam práticas antidemocráticas, após o que são corrigidos com dados reais de pesquisas sobre o assunto e testados sobre o efeito dessa nova informação etc.

Na amostra como um todo, o nível de apoio à violência partidária é baixo, embora preocupante (10, numa escala de 1 a 100). O apoio a práticas antidemocráticas é moderado mas também alarmante (score de 26).

Em geral, a animosidade interpartidária e a partidária são altas (69) e a desconfiança de rivais sociais é moderada (53). Um dos achados contraintuitivos do estudo é que o apoio à violência partidária é maior entre os democratas. Afinal, a violência é associada na opinião pública a setores radicais da direita. Os escores, quanto ao desejo de distanciamento social, também são maiores entre os democratas. Por outro lado, a aprovação a práticas antidemocráticas é maior entre os republicanos. O achado mais importante é que a correlação entre polarização afetiva e apoio à violência não é significativa.

Os pesquisadores chegam a conclusões otimistas: em 23 das 25 intervenções no grupo de controle houve redução da animosidade interpartidária da ordem de 5%. Trata-se de uma redução considerável levando-se em conta que a animosidade aumentou em 21 pontos entre 1978 e 2016. Em relação à violência partidária, um dos tratamentos produziu um efeito contrário, aumentando o apoio à violência partidária. Esses efeitos reduziram-se após duas semanas, o que mostra os desafios consideráveis para uma "pedagogia republicana" como remédio contra a polarização e a violência política.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 18.11.2024 – PÁG. A4

A noção de 'glocalização'

É papel do Estado promover programas que envolvam atores globais e locais

Alexandre Padilha / Marilene Corrêa / Fábio Coelho / Raimunda Monteiro

A noção de "glocalização" é fundamental para pensar o futuro da Amazônia e as necessárias convergências entre sustentabilidade e tecnologia. O termo é um neologismo da mescla de "globalização" e "local" e descreve a interação entre tendências globais e realidades locais. Nada mais emblemático do que o debate que envolve a Amazônia e as transformações em curso no planeta. Isso significa que, para pensar realidades locais e específicas, como no caso da Amazônia Legal, não basta importar soluções tecnológicas exitosas em outras partes do mundo. É necessário escutar e compreender aqueles que efetivamente compõem o tecido social daquela região.



Nesse cenário, é papel do Estado promover diálogos que gerem o engajamento da sociedade em um esforço coletivo, conduzindo atores globais e locais na mesma direção. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável, o Conselhão, tem se consolidado como esse espaço de integração entre setores essenciais na efetivação de diálogos propositivos e políticas públicas concretas. Iniciativas desenvolvidas nesse contexto merecem destaque. O projeto Mais Conhecimento na Amazônia, idealizado pelo falecido acadêmico Ennio Candotti, cria mecanismos para reduzir a perda de talentos da região e gera possibilidade



CLIPPING

DATA

18.11.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

7 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

para que as redes de conhecimento alicercem políticas públicas. Por meio de atividades de extensão com formato de remuneração semelhante ao do Mais Médicos, espera-se a redução da fuga de cérebros do Brasil. O projeto já está sendo discutido com importantes representantes do setor privado e com agências públicas como BNDES, Capes e CNPq.

O Google, por sua vez, é uma das empresas que têm liderado a transição para um futuro mais sustentável. Ele tem colocado uma série de projetos de sua divisão de pesquisa, o Google Research, em ação no Brasil, usando tecnologia global em prol de contribuir para a solução de desafios locais. Um exemplo dessa atuação é o projeto Greenlight, que já está em operação no Rio de Janeiro e em Campinas e em expansão para uma terceira cidade ainda neste ano. O projeto utiliza inteligência artificial (IA) para otimizar os semáforos em grandes cidades, reduzindo emissões e melhorando o tráfego. Resultados iniciais mostram que a tecnologia tem o potencial de reduzir paradas nos cruzamentos em até 30% e as emissões em até 10%.

Outra tecnologia de destaque é o Flood Forecasting, que utiliza IA para prever quando uma inundação pode ocorrer, ajudando a informar a tomada de decisão e os esforços de resposta ao evento. A união de investimentos na área de ciência e tecnologia, mesclando experiências de sucesso do exterior ao conhecimento local, é também uma premissa do programa Projetos Tecnológicos de Alto Impacto, igualmente idealizado no âmbito do Conselho e formalizado por meio do decreto 12.081/2024, assinado pelo presidente Lula.

Essa ação pretende direcionar esforços para a solução de desafios de alta complexidade. Com base em experiências na Europa e nos EUA, esses polos deverão ter ciclos de investimentos superiores a três anos e foram idealizados para tratar de projetos com montantes acima de R\$ 500 mil. A conjuntura tem revelado condições efetivas para uma economia de escala e possibilita a promoção de uma infraestrutura necessária para a pesquisa em inovação no país. Esse repertório qualificado tem no Conselho múltiplas funções, como apresentar fundamentos aos processos indutores de cadeias de valor. O Brasil se encontra num momento decisivo para a efetivação de um ciclo virtuoso de desenvolvimento.

Reconhecer os avanços recentes na implementação de políticas públicas que promovem a cooperação é ter como norte a necessidade de sedimentá-las para que ultrapassem a fronteira de governos e se consolidem como ações de Estado. Construir soluções a partir de experiências globais, valorizando e entendendo as realidades locais, e manter esforços simétricos entre governos, empresas e universidades são fatores decisivos para atingir as expectativas que cercam o país.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 18.11.2024 – PÁG. A6

Atentado contamina 2026 com passos calculados de Lula, Bolsonaro e governadores cotados

Debate sobre extremismo, anistia e pacificação mobiliza nomes da cena eleitoral, após ataque que expôs dilemas para PT e ex-presidente

Joelmir Tavares

O atentado em frente à sede do STF (Supremo Tribunal Federal) intensificou entre atores envolvidos na eleição para a Presidência da República em 2026 as discussões em torno de temas como anistia para condenados pelos ataques de 8 de janeiro de 2023, pacificação nacional e polarização ideológica.



Depois que Francisco Wanderley Luiz, 59, explodiu-se na praça dos Três Poderes na última quarta-feira (13), nomes que miram pela direita a cadeira ocupada por Lula (PT) se manifestaram contra a politização do caso, seguindo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no discurso de que se tratou de um "lobo solitário". Já a base do petista resgatou a bandeira "sem anistia" e cobrou punição para inibir novos atos extremistas. As reações passaram também por governadores que são tratados como pré-candidatos ou se movimentam como apoiadores de um eventual projeto unificado da direita.

Ronaldo Caiado (União Brasil-GO) e Romeu Zema (Novo-MG) usaram o caso para reforçar a retórica antigoverno e acenar ao espólio eleitoral de Bolsonaro. O ex-presidente está inelegível, mas se coloca como postulante, apostando em uma remota virada a seu favor nas cortes superiores e no Congresso. Por outro lado, Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) e Ratinho Jr. (PSD-PR) ficaram em silêncio, numa mostra de como o episódio demanda passos calculados nas esferas institucional e eleitoral. Lula manteve a agenda oficial e, com as condições de segurança garantidas após o ataque, buscou preservar um ritmo de normalidade no governo, também sem comentar o caso. No entanto ministros e aliados de diferentes partidos da base demonstraram alinhamento com a leitura do STF, associando o ataque ao discurso radical do bolsonarismo nos últimos anos, que incluiu a contestação ao resultado eleitoral de 2022 sob alegações infundadas de fraude.

Os auxiliares de Lula trataram as explosões como desdobramento do 8 de janeiro, reiterando que só a punição aos responsáveis vai impedir novas ocorrências. O tom se aproxima do usado pelo ministro do STF Alexandre de Moraes, que refutou a teoria de fato isolado, fez uma vinculação do caso ao "gabinete do ódio" do governo Bolsonaro e falou que "não existe possibilidade de pacificação com anistia a criminosos". O principal impacto do atentado para Bolsonaro foi o imediato revés na pauta de anistia para os condenados do 8 de janeiro. O pleito é encampado por seu grupo, com a expectativa de pavimentar um ambiente favorável para a recuperação dos direitos políticos do ex-presidente. Ao se manifestar, Bolsonaro procurou se distanciar do caso, recorrendo à narrativa de fato isolado cometido por pessoa com "perturbações na saúde



CLIPPING

DATA
18.11.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
9 de 28

RESPONSÁVEL
Iris Helena

mental", e pediu "pacificação nacional", num momento em que sua estratégia de defesa passa por moderar o tom e evitar confrontações com o Judiciário.

Apesar de estar inelegível até 2030 por ataques e mentiras sobre o sistema eleitoral, ele se diz o único no campo da direita com chance de vitória em 2026, por ter o que descreve como "nome nacional". Sem uma reversão judicial, ao ex-mandatário restará um papel coadjuvante. O atentado também jogou água fria na euforia com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, o que é visto como um novo elemento de pressão em favor do ex-presidente no Brasil.

No caso de Lula, a mobilização do entorno em defesa de punição exemplar para crimes contra o Estado democrático de Direito e contra as articulações de anistia se choca com as preocupações eleitorais, depois que o pleito municipal mostrou a esquerda em dificuldade e a direita em evolução. O presidente participa de conversas em que é aconselhado a deixar para trás o estímulo à polarização e reorganizar os ministérios e a comunicação para a segunda metade do governo. Há uma avaliação de que o tom duro contra o golpismo reforça a imagem de revanchismo e perseguição à direita. Vocalizados por apoiadores desde a posse de Lula, os gritos de "sem anistia", ainda assim, ganharam novo fôlego após o episódio da semana passada. Pesquisa do Datafolha de março deste ano mostrou que 63% dos brasileiros são contra anistia para os envolvidos nas depredações do 8 de janeiro.

Comentando o atentado, o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais), do PT, responsabilizou "líderes da extrema direita" por "essa cultura do ódio, da intolerância, do estímulo à violência [que] faz com que as pessoas cometam crimes" contra instituições da democracia, como o Supremo. A ministra Simone Tebet (Planejamento), do MDB, declarou que é preciso manter vigilância enquanto permanecerem "apitos" que encorajam ataques. "No ataque à democracia, os 'lobos' nunca são solitários", afirmou. Anielle Franco (Igualdade Racial), do PT, disse que "nunca foi nem será um ato isolado". No lado oposto, o senador Ciro Nogueira (PP-PI), ex-ministro de Bolsonaro, repudiou a iniciativa de "extrapolar uma atitude mentecapta de um indivíduo para dar contornos institucionais" ao caso.

"Ao invés de atribuir culpa de parte a parte, faríamos bem em reduzir a temperatura do debate político, trazendo de volta o diálogo como regra básica", afirmou. O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do ex-presidente, apontou "distorção inaceitável dos fatos", com o "propósito malicioso de atrapalhar o andamento do projeto de lei da anistia". Um dos argumentos dos conservadores é que só o perdão trará uma reconciliação nacional. Os governadores de oposição que comentaram o atentado aproveitaram as falas para mandar recados.

Caiado culpou Lula, embicando o debate para o viés da segurança pública. Ele, que se declara presidencialista para 2026, afirmou que o país tem "falta de comando" e "ausência de um líder forte" e que "um governo federal fraco e apático [...] se ajoelha diante do avanço do crime organizado e do extremismo". Zema, que reverbera pautas bolsonaristas, endossou a visão de que o ataque cometido por Francisco foi isolado. O mineiro ainda procurou eximir o PL, sigla pela qual o autor concorreu a vereador em 2020, dizendo que "nenhum partido está isento de ter um louco entre os possíveis candidatos".



CLIPPING

DATA

18.11.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

10 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Como nomes envolvidos em 2026 se posicionaram sobre atentado

Lula (PT)

Presidente não se manifestou sobre o caso até este domingo (17) e manteve a agenda. Auxiliares e aliados rebateram tese de autor "lobo solitário" e vincularam episódio a Bolsonaro e à extrema direita, rechaçando possibilidade de anistia para condenados do 8/1

Jair Bolsonaro (PL)

Inelegível, ex-presidente buscou se distanciar do episódio, tratando-o como "fato isolado", e pediu pacificação. O caso representa um revés para a tentativa de perdoar os presos do 8/1 e pavimentar caminho para uma remota reversão de sua inelegibilidade

Tarcísio de Freitas (Republicanos)

Governador de São Paulo adotou silêncio sobre o atentado. Tido como um dos pré-candidatos do bolsonarismo para a eleição de 2026, ele defendeu no último 7 de Setembro a anistia para os condenados pela invasão às sedes dos Três Poderes, que chamou de "presos políticos"

Ratinho Jr. (PSD-PR)

Governador do Paraná também não se pronunciou. O opositor de Lula, tratado como uma das alternativas da direita para a disputa presidencial, já assumiu interesse em disputar a cadeira e defende que seu partido tenha protagonismo e candidato, descolando-se da gestão petista

Ronaldo Caiado (União Brasil-GO)

Governador de Goiás relacionou o ataque em Brasília à "falta de comando" e "ausência de um líder forte" no país. Declaradamente pré-candidato para 2026, ele usou o caso para apontar ineficiência do governo Lula na segurança, diante do avanço do crime organizado e do extremismo

Romeu Zema (Novo-MG)

Governador de Minas Gerais rechaçou a possibilidade de o ataque ser parte de um movimento maior, ecoando a tese bolsonarista de "ato isolado", cometido por "alguém em profundo desequilíbrio emocional". Ele também isentou de responsabilidade o PL, ao qual o autor foi filiado

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 18.11.2024 – PÁG. A30

Brasil busca consolidar avanços no G20 após ano de consensos mínimos

País quer imprimir marca e deixar legado para o bloco, mas enfrentou oposição durante presidência

Nathalia Garcia / Renato Machado



O Brasil chega para o seu evento final na presidência do G20, na cúpula de chefes de Estado, com o objetivo de consolidar a agenda trabalhada durante quase um ano de eventos em diversas partes do país para tentar imprimir sua própria marca no bloco. Nesse período, além de avanços, também enfrentou percalços, com a resistência dos países a algumas das iniciativas propostas, com a divisão mundial sobre questões geopolíticas —em particular as guerras na Ucrânia e em Gaza— e com a contestação da equipe do argentino Javier Milei em temas progressistas.

O Rio de Janeiro sedia nesta segunda (18) e terça (19) a cúpula de chefes de Estado do G20, bloco que reúne as maiores economias do mundo, mais a União Europeia e a União Africana. Contando membros e convidados, serão 55 representantes de países ou organizações internacionais nos dois dias de eventos. O evento vai encerrar os 12 meses de presidência brasileira, período no qual foram realizadas 24 reuniões de nível ministerial e outras 110 de nível técnico. Grande parte desses encontros foram levados por ministros do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para seus redutos eleitorais, como uma forma de conseguir dividendos políticos.

Ao longo do ano, o Brasil buscou impedir que temas polêmicos de geopolítica, em particular as guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza, contaminassem as discussões nos grupos temáticos. A preocupação foi reforçada após as duas primeiras reuniões de grande importância, a de chanceleres, no Rio, e a dos ministros de Finanças e Bancos Centrais, em São Paulo, terminarem sem declaração conjunta, pela ausência de consenso entre os participantes. Depois disso, o Brasil traçou uma estratégia e obteve êxito, ao isolar as questões geopolíticas em um texto à parte dos comunicados das áreas específicas.

No entanto, os temas voltaram a ser um obstáculo nas últimas negociações para fechar acordo sobre o comunicado final, às vésperas da cúpula de chefes de Estado. A pressão sobre a presidência brasileira aumentou nos últimos dias, com a recente escalada na guerra na Ucrânia, com líderes europeus exigindo uma condenação mais forte das ações russas. Além disso, a delegação argentina, orientada pelo ultraliberal Javier Milei, passou a bloquear vários temas da negociação e ameaça a divulgação de um comunicado conjunto. Um dos pontos de oposição argentina é a proposta de taxaço de grandes fortunas.

Em um balanço feito à Folha ao término das negociações do grupo de trabalho de Comércio e Investimentos, a secretária de Comércio Exterior do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), Tatiana Prazeres, avaliou como positivo o resultado alcançado no G20 até o encerramento dos



CLIPPING

DATA

18.11.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

12 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

trabalhos setoriais diante de um contexto internacional "muito desafiador", marcado por tensões geopolíticas, fragmentação e proliferação de barreiras comerciais. Em outubro, os ministros de Comércio do G20 chegaram a um documento consensual que contém nove princípios genéricos que buscam orientar a formulação e a implementação de medidas. No texto, os líderes falam em uma lista voluntária, "não vinculante" e "não exaustiva" como resultado das discussões de um grupo marcado por divergências.

"Hoje, cada vez menos, você consegue contar com aquilo que já foi objeto de consenso para construir novos consensos. Até mesmo compromissos contidos em acordos internacionais", afirma. Para a chefe da Secex, isso traz à tona um cenário de mais instabilidade e mais imprevisibilidade. "Estamos em uma era de consensos mínimos", diz. Segundo Prazeres, deve-se discutir como buscar formas de expandir esse consenso mínimo para ampliar segurança jurídica, previsibilidade, mas também fazer com que o comércio seja de fato um catalisador de crescimento global.

No geral, as declarações têm peso simbólico e apontam determinados objetivos comuns que as principais economias do mundo concordam em perseguir. Os documentos produzidos pelo grupo de trabalho servirão de subsídio para a declaração final de líderes, que vem esbarrando na ofensiva da Argentina —sob orientação do ultraliberal Javier Milei— contra temas como a taxaço de super-ricos, gênero e a agenda 2030 das Nações Unidas. Em outubro, no grupo de trabalho de empoderamento de mulheres, a Argentina bloqueou a declaração conjunta dos ministros. Coube ao Brasil, como presidente, fazer um comunicado com os pontos acordados.

Outro tema que pode atrapalhar as negociações é o anúncio feito pelo presidente Joe Biden, neste domingo (17), de que os EUA permitirão que a Ucrânia use armas fornecidas por Washington para atacar o território russo, o que pode marcar uma reviravolta no conflito em curso no Leste Europeu. O governo Lula estabeleceu três prioridades principais para a presidência brasileira do G20: inclusão social e luta contra a fome e a pobreza, reforma da governança global e transição energética e desenvolvimento sustentável. Houve um esforço para que os três temas estivessem presentes nas discussões e comunicados oficiais de praticamente todas as reuniões ministeriais. O Brasil foi bem-sucedido na maior parte dos casos, mas enfrentou resistências em outros.

O país buscou, por exemplo, incluir sem sucesso uma nota conceitual relacionada à corrupção e suas conexões com o desenvolvimento sustentável no comunicado final da reunião do grupo ministerial anticorrupção do bloco. Além de avançar nos temas elencados como prioridades, o Brasil ainda busca deixar duas contribuições mais permanentes de sua presidência. Uma delas é a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, iniciativa que busca angariar a adesão de outros países, em particular dos mais ricos. A outra é a instituição do G20 Social, com a sociedade civil podendo participar de debates e reunir suas propostas para serem entregues aos líderes dos países. A África do Sul, que vai suceder o Brasil na presidência, se comprometeu a mantê-lo.

Mas a preservação dessa iniciativa para além da presidência sul-africana está ameaçada. Em 2026, a coordenação dos trabalhos do G20 caberá aos Estados Unidos, governados por Donald Trump. O professor de relações internacionais Antônio Jorge Ramalho, da UnB (Universidade de Brasília), cita que o Brasil se destacou por ter preservado parte da agenda construída sob a presidência da Índia "conferindo-lhe foco e agregando legitimidade, ao incluir a sociedade civil no processo decisório". "Os avanços no âmbito da Aliança Global Contra a Fome são muito significativos, por definirem agenda clara e coerente com os ODS

[Objetivos de Desenvolvimento Sustentável]. Os avanços no campo financeiro são ainda mais relevantes em termos de construção da governança global nesse setor", completa. O professor de política internacional Guilherme Casarões, da FGV (Fundação Getulio Vargas), afirma que o Brasil conseguiu colocar o G20 no centro de suas preocupações em política externa, assim como a Índia havia feito na presidência anterior.

"O governo Lula entende que um G20 construtivo, com contribuições substanciais para o futuro, é um legado importante que o Brasil pode deixar", afirma ele, citando que o governo sinaliza estar focado nos "consensos possíveis". "Não se trata de usar o G20 para endereçar todos os grandes problemas do mundo, mas de transformá-lo numa plataforma para a construção de acordos mínimos que permitam o fortalecimento do multilateralismo em áreas relevantes para os países em desenvolvimento e ao planeta em geral, além de uma reforma abrangente da própria governança global".

JORNAL – O HOJE – 18.11.2024 – PÁG. 06

Dino barra emendas pix e desagrada deputados e prefeitos

Uso do modelo, que evita burocracia, tem sido alvo de críticas, com apontamentos de falta de transparência, rastreabilidade e controle

Bruno Goulart

A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, de manter o bloqueio das chamadas emendas Pix trouxe à tona uma crise que transcende a disputa jurídica e impacta diretamente o funcionamento das administrações municipais, sobretudo em Goiás. Enquanto prefeitos goianos pressionam deputados para destravar os recursos, os desdobramentos do impasse revelam um cenário de falta de transparência no uso dos recursos públicos por parte dos parlamentares e expõem a dependência de repasses federais na sustentação de governos municipais.



Emendas Pix

As emendas Pix foram instituídas como mecanismo para permitir transferências diretas de recursos federais a estados e municípios, sem a necessidade de convênios burocráticos. No entanto, o uso do modelo tem sido alvo de críticas, com apontamentos de falta de transparência, rastreabilidade e controle. No início deste ano, o governo federal intensificou as restrições às transferências, motivado por relatórios da Controladoria-Geral da União (CGU) que identificaram irregularidades, incluindo direcionamento indevido e ausência de prestação de contas.

Para os prefeitos goianos, a suspensão abrupta dos repasses provocou um impacto significativo nas finanças municipais. Muitos haviam comprometido recursos próprios das prefeituras na expectativa de receberem as emendas. Um prefeito, disse no off ao jornal O Hoje, que já havia utilizado o orçamento público para

diversas finalidades, mas a ausência dos repasses agora ameaça o pagamento de salários e a continuidade de obras que dependem diretamente do aporte federal.

Diante da crise, a pressão sobre os deputados federais cresceu, especialmente em Goiás, onde a maioria das prefeituras enfrenta sérias dificuldades orçamentárias. Os parlamentares, por sua vez, também se encontram em uma posição delicada. Se por um lado precisam atender às demandas dos prefeitos, por outro, enfrentam um cenário de maior controle sobre a destinação das emendas, com o governo federal e o STF buscando regular o uso dos recursos. O objetivo é parar a farra com o dinheiro público pelos prefeitos.

Nesse contexto, Flávio Dino tem adotado uma postura firme, exigindo que as emendas sejam rastreáveis e condicionadas a critérios de transparência. No entanto, ao suspender os repasses, a decisão também gerou efeitos colaterais: obras paralisadas, endividamento municipal e, em muitos casos, a perspectiva de demissões em massa como alternativa para equilibrar as contas públicas.

A situação é tão séria que, em Goiás, estima-se que várias obras tenham recebido apenas 20% do valor repassado pelas emendas. A questão que fica é: para onde foram os 80% deste montante? Por isso, o ministro Dino quer mais transparência e rastreabilidade no uso desses recursos, o que tem desagradado deputados e prefeitos que tem feito o uso indiscriminado do dinheiro público.

Com tudo isso, quem sai prejudicado é a população que depende dessas iniciativas, e começa a desconfiar da capacidade do poder público de planejar e executar políticas públicas de forma eficiente – e com razão. Para muitos prefeitos, o maior problema é o comprometimento das finanças. Há quem diga que eles usaram os recursos em campanhas eleitorais na expectativa de recomposição financeira por meio das emendas Pix. Isso expõe uma fragilidade estrutural no planejamento fiscal dos municípios, que têm se tornado cada vez mais dependentes de transferências federais.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 18.11.2024 – PÁG. 02

G20: Taxação de super-ricos deve opor Lula a Milei

Representantes do governo federal não escondem a apreensão de que haja mal-estar entre os presidentes brasileiro e argentino por discordarem sobre impor aos bilionários uma contribuição voltada para o combate às desigualdades

Mayara Souto

Prestes a iniciar a Cúpula do G20, os negociadores finalizam os detalhes das principais propostas da presidência brasileira à frente do grupo: o lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e a proposta de taxação dos super-ricos. Esse último tema, porém, tem tudo para ser motivo de um mal-estar que colocará Brasil e Argentina em polos opostos. Enquanto o presidente





CLIPPING

DATA

18.11.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

15 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Luiz Inácio Lula da Silva pretende fazer uma defesa enfática de que os bilionários contribuam de forma mais efetiva para a igualdade social, o líder argentino Javier Milei deve se manifestar veemente e agressivamente contra a proposta.

Fontes do governo antevêm o embate e não escondem a apreensão. Um representante do Ministério da Fazenda entende a mudança de posição argentina como “uma linha vermelha” cruzada pelo país vizinho e confirmou a postura beligerante da delegação enviada ao Rio por Buenos Aires. Integrantes do Ministério das Relações Exteriores também disseram que há dificuldades de convencimento dos enviados de Milei.

Resistências

Flagrado ao telefone num intervalo da reunião final de negociadores, Federico Pinedo, ex-senador e interlocutor diplomático da Argentina, se negou a comentar quais são as objeções levantadas pelo seu governo. A reportagem perguntou a ele se procedia a informação de que haviam se insurgido contra a taxa dos super-ricos, vazada da reunião a portas fechadas. “Somos sérios. Se há outros que não são, lamento. A negociação não terminou. Até que termine, não vamos falar nada”, disse o representante argentino.

Historicamente, sempre que um texto é consensuado com ministros da Fazenda e presidentes de autoridades monetárias (os bancos centrais e congêneres), o conteúdo discutido é incorporado à declaração final com ajustes apenas no tom do documento. No entanto, há uma possibilidade de que isso não seja obedecido nesta edição do G20. Liderada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a trilha de finanças chegou, em julho passado, ao consenso de dois comunicados finais — fato que não ocorria há três anos. Um foi a taxa internacional sobre indivíduos super-ricos, considerada como uma inovação, pois, até então, falava-se apenas sobre tributar empresas. O outro tratou do alinhamento dos bancos de desenvolvimento com as questões sociais — como desigualdade, mudanças climáticas, fome, pobreza. Nesse ponto, foi tratada a questão dos países endividados e como as dívidas poderiam ser transformadas em investimentos para desenvolvê-los.

Os negociadores têm até o fim da reunião de líderes para definir o que será inserido na declaração final. Apesar de diplomaticamente serem incomuns recuos em acordos consensuados, a posição da Argentina na COP29, no Azerbaijão, indica problemas. No evento sobre mudança climática, a delegação de Buenos Aires recebeu ordens para retornar pouco depois de desembarcar. Se incluída na declaração final, a taxa dos super-ricos poderá financiar um fundo para manter a floresta amazônica de pé (o Tropical Forest Finance Facility) e também investir na Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Em adiantamento de algumas ações do compromisso que será lançado na abertura do G20, o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Wellington Dias, comentou a respeito da possibilidade de auxílio financeiro.

“Do ponto de vista internacional, a questão financeira [da Aliança Global] ficou acertada de ser tratada em um evento específico, em 2025, na Espanha. Será tratado sobre política tributária, dívidas e fundos. Temos na coordenação disso o ministro Fernando Haddad, que tem dialogado com vários países. Não é uma proposta [de taxar os super-ricos] de consenso. É preciso reconhecer, porém, que é positivo sair algum indicativo de trabalhar com a tributação progressiva de recursos voltada para o combate à fome e à pobreza, e para mitigar os efeitos das mudanças climáticas”, salientou.



CLIPPING

DATA

18.11.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

16 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Pendência

Informações extraoficiais também indicam que a Argentina ainda não aderiu ao projeto de Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Segundo negociadores que participam da reunião, os enviados argentinos também voltaram a expor resistências aos assuntos de clima e costumes — como questões de gênero —, embora um embaixador pondere que Buenos Aires tem interesse no financiamento climático, por causa da expectativa de também receber recursos.

Milei confirmou presença no G20. Ele deve discursar duas vezes, a portas fechadas, diante dos demais presidentes e de primeiros-ministros. Escolheu falar sobre fome, pobreza e reforma da governança global, mas não sobre Clima. Segundo um secretário do Itamaraty, cada líder vai discursar duas vezes na cúpula. Apenas o anfitrião Lula poderá falar na abertura de cada sessão de debates.

Fome: questão política

Na cerimônia de encerramento do G20 Social, Lula recebeu um documento com as principais reivindicações dos movimentos sociais para serem levadas à Cúpula do G20, que ocorre amanhã e terça-feira, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, no Aterro do Flamengo. O documento tinha como uma das principais causas a taxação dos super-ricos para ter “justiça social” e investir o montante em políticas sociais, ambientais e culturais.

“Eu dizia que a gente só ia conseguir acabar com a fome quando ela se transformasse em assunto político. Enquanto ela for apenas um assunto social, não será tratada com respeito. É preciso assumir responsabilidade e é isso que vou tentar fazer, ao entregar esse documento aos países que estão aqui”, prometeu Lula. O presidente reforçou a mesma mensagem ao participar do encerramento do Festival Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, à noite, na Praça Mauá, na Zona Portuária carioca. “Quando nós decidimos colocar a questão da fome para ser discutida no G20, foi porque queríamos transformá-la numa questão política. Enquanto é tratada como questão social, é apenas um número estatístico que as pessoas utilizam na eleição e depois esquecem”, enfatizou.

Lula reuniu-se ontem com o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres; com a prefeita de Paris, Anne Hidalgo; e com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn. Ao todo, o presidente realizará cerca de 20 bilaterais até o fim do G20. O encontro com Milei foi desmentido pela Presidência da República. As reuniões mais esperados são as agendadas com Joe Biden (Estados Unidos) e Xi Jinping (China). O norte-americano desembarca hoje no Brasil e passará por Manaus para conhecer a Amazônia antes de chegar ao Rio de Janeiro — o encontro com Lula deve ser na terça-feira. Xi Jinping também chega hoje ao Rio, mas se reúne com o presidente brasileiro, em Brasília, na quarta-feira.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 18.11.2024 – PÁG. 08

Brasil e Itália estreitam os laços, aponta embaixador italiano em Brasília

No ano de comemoração dos 150 anos da imigração italiana, comércio bilateral cresce na casa de dois dígitos. Vinda de Giorgia Meloni ao G20 marca a volta de um primeiro-ministro ao país desde 2010

Rosana Hessel / Liana Sabo

No ano em que a imigração italiana no Brasil completa 150 anos, o comércio bilateral segue crescendo na casa de dois dígitos, enquanto o total das exportações brasileiras encolheu 5,3%, de janeiro a outubro deste ano. Na avaliação do embaixador da Itália no Brasil, Alessandro Cortese, as comemorações que estão ocorrendo ao longo deste ano são uma oportunidade de ampliar os laços entre os dois países. O diplomata, que acaba de completar um ano à frente da representação italiana no país, vê com bons olhos o acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia.



Para Cortese, é uma questão de tempo para que esse acordo seja assinado, apesar das resistências da França, no lado europeu, e da Argentina, no lado sul-americano. "Os dois blocos não possuem uma única voz. Mas acho que, no final, os problemas vão ser de alguma maneira sanados", afirma. Na visão do embaixador, a vitória do republicano Donald Trump nas eleições dos Estados Unidos, deve ajudar na retomada das negociações para a conclusão do acordo UE-Mercosul. Com Trump no poder, os EUA tendem a ser mais protecionistas, o que tende a acelerar a aproximação de outros blocos comerciais. "Isso pode ser uma oportunidade para deslançar o acordo entre UE e Mercosul", afirma.

De acordo com o diplomata, com o acordo de livre comércio UE-Mercosul, os produtos italianos, como os vinhos e queijos, poderiam chegar ao Brasil muito mais baratos. Atualmente, eles acabam saindo "praticamente o dobro" do que custam na Itália devido às tarifas de importação.

Comércio pujante

A balança comercial entre Brasil e Itália é favorável para o país europeu. Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), as exportações brasileiras cresceram 16,2% de janeiro a outubro deste ano na comparação com o mesmo período de 2023, totalizando US\$ 3,9 bilhões. Já os embarques de produtos brasileiros com destino à Itália avançaram 10% nos primeiros 10 meses do ano, para US\$ 5,4 bilhões, o que resulta em um déficit comercial de US\$ 1,5 bilhão no mesmo período.

Cortese destaca que, neste ano, pela primeira vez desde Silvio Berlusconi, em 2010, um primeiro-ministro italiano faz uma visita ao Brasil. Giorgia Meloni desembarcou no Rio de Janeiro, na noite de ontem, para participar da cúpula do G20 — grupo das 19 maiores economias desenvolvidas e emergentes do planeta, mais a União Europeia e a União Africana —, que ocorre amanhã e terça-feira. Após receber o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em junho, na sede do governo italiano, agora, Meloni e Lula devem ter um



CLIPPING

DATA
18.11.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
18 de 28

RESPONSÁVEL
Iris Helena

reencontro na capital fluminense. O mandatário brasileiro tem programado vários encontros bilaterais com chefes de Estado e de governo nos próximos dias. A premier italiana está nessa lista, assim como o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e o presidente da China, Xi Jinping.

Ao ser questionado sobre a questão da taxação dos super ricos — uma das propostas do governo brasileiro na cúpula do G20, Cortese é bastante diplomático e evita comentar porque não participou das conversas ministeriais. "De forma geral, acho que o Brasil fez um excelente trabalho à frente da presidência do G20. E acho que o combate à fome e o problema do meio ambiente são temas importantes para a governança global e são temas que também figuram na agenda do G7 e a Itália compartilha dessas preocupações também", destaca Cortese. Ele lembra que o governo italiano tem a presidência, neste ano, do Grupo das Sete economias mais industrializadas do planeta — Estados Unidos, Alemanha, França, Reino Unido, Japão, Itália e Canadá.

Eventos comemorativos

A embaixada tem organizado feiras e exposições em comemoração aos 150 anos da imigração brasileira, como organizou a exposição de arte "Oltreoceano" em julho de 2024, em parceria com o Museu de Arte de Brasília e a Frente Parlamentar Brasil-Itália. A mostra, com obras de artistas brasileiros com origem italiana, como Alfredo Volpi, Alfredo Ceschiatti, Candido Portinari e Anita Malfatti, foi realizada no salão negro do Congresso Nacional, foi visitada pelo presidente da República Italiana Sergio Mattarella durante a sua visita de Estado ao Brasil, neste ano.

Dando continuidade às comemorações no Brasil, a embaixada realiza a 5ª edição do "Vini D'Italia — Salão do Vinho Italiano no Brasil", no próximo dia 21, em evento fechado, voltado para o público especializado do setor, na sede da representação diplomática. O evento busca promover a excelência do vinho italiano e fortalecer os laços enogastronômicos e comerciais entre os dois países. A iniciativa faz parte da IX Edição da Semana da Cozinha Italiana no Mundo organizada pelo Ministério das Relações Exteriores e da Cooperação Internacional da Itália e busca estimular a promoção e comercialização do vinho italiano no Brasil, mercado de enorme potencial para esse consumo. As importações de vinhos italianos pelo Brasil são crescentes. De janeiro e outubro de 2024, houve aumento de 9,1% na comparação com o mesmo período do ano anterior, totalizando 7,9 milhões de litros e elevando a participação italiana no mercado do vinho brasileiro para 6,3%. No mesmo período, as importações de espumantes italianos avançaram 12,4%, atingindo 796,2 mil litros, com a participação italiana subindo para 14,9%.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 18.11.2024 – PÁG. 10

A vacina para o ódio é a democracia

O ódio plantado ao longo de todo esse período de extremo radicalismo e polarização é a incubadora de muitos Franciscos por aí. Quantos serão?

Ana Dubeux

O ódio não tem rosto, nem corpo. Mas pode ser visível, tornar-se concreto por meio de atos, sobretudo os violentos, normalmente antecedidos por avisos não levados em consideração, minimizados em importância.



Francisco Wanderley Luiz, o homem-bomba que praticou um atentado ao Supremo Tribunal Federal, deixou suas pistas, mas seu ódio era ignorado pelas instituições, que agora investigam o passo a passo do terrorista. Francisco não estava sob os holofotes políticos, não era um influenciador, não tinha cargo estratégico e, quando se candidatou, não foi eleito. Por que seria investigado ou monitorado? De fato, não havia razão plausível para preocupar ou mobilizar autoridades. E é aí que mora o perigo.

Pode-se concluir que Francisco era um zé ninguém? Se foi, ganhou seus minutos de fama com o ato extremo do último dia 13. A pergunta é: quantas pessoas imbuídas de ódio estão dando seus pulos por aí, planejando seu momento apoteótico custe o que custar, em nome de algo que eles, na verdade, nem sabem o que é? Estamos sob um risco tremendo. É isso o que esse episódio representa. O ódio plantado ao longo de todo esse período de extremo radicalismo e polarização é a incubadora de muitos Franciscos por aí. Quantos serão? Não, não estão isolados, contidos, presos, tomados por algum distúrbio mental. Estão entre nós, talvez propagando avisos não percebidos. Não são lobos solitários à espreita. Ódio pega. Muitas pessoas foram contagiadas, e a raiva ainda fermenta.

A vacina para o ódio é a democracia, o pluralismo político, o debate livre de ideias e o respeito às diferenças. O abismo ocorre quando se torna impossível o diálogo, quando o jogo deixa de ser político. Ou seja, já não se trata de direita ou esquerda. Quantas vezes você ouviu "com fulano, já não dá para conversar" ou "não vale a pena tentar convencer cicrano?". Há uma desistência em dialogar, porque as pessoas estão vivendo em suas bolhas, alimentadas por fake news e desinformação, reproduzindo um discurso não baseado em fatos e não estruturado pela educação ou pela formação política. Somos, em maioria, um povo sem instrução política ou midiática, aberto à manipulação, pronto para acreditar em mentiras.

O ato de Francisco foi planejado, deliberado, executado. Não há insanidade aparente aí. Há um radicalismo supremo, que muito provavelmente foi combatido por algum parente próximo. Pode parecer leviano falar de alguém que se foi com uma atitude tão bárbara, mas é impossível não conjecturar. Parece enredo de filme já

visto em momentos muito sombrios da humanidade. Tem exemplo de sobra. A escuridão do ódio foi iluminada. Estamos vendo direitinho, querendo enxergar ou vamos apenas achar que um maluco plantou explosivos em frente ao STF, morreu e o caso está encerrado? Ainda há muito a se investigar por parte das autoridades. Mas também há muito o que se refletir: todos nós, cidadãos, estamos cientes dos riscos da propagação do ódio? Já vivemos tempos obscuros. Infelizmente.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 18.11.2024 – PÁG. E1

Presidente do TST defende mais debate em redução de jornada e ‘uberização’ regulada pelo Congresso

Aloysio Corrêa da Veiga quer, em seu mandato, reafirmar a competência da Justiça do Trabalho

Mariana Assis e Flávia Maia

Em meio ao debate crescente em torno da proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala de seis dias trabalhados para um de folga (6x1), o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Aloysio Corrêa da Veiga, defende que a redução da jornada de trabalho ainda demanda discussões e o foco central deveria ser o pleno emprego no Brasil. “Não estou criticando [a PEC], estou apenas constatando que a nossa preocupação maior teria que ser com o pleno emprego. Se nós tivermos o pleno emprego, podemos nos dedicar a uma série de outros elementos, como capacitação”, disse Corrêa da Veiga em entrevista ao Valor.



Ele destacou ainda que a “uberização” deve ser regulada pelo Congresso Nacional, que está “meio parado”. E que o Supremo Tribunal Federal (STF), nesse momento, está sendo provocado para dizer se há ou não vínculo de emprego. “É claro que o Judiciário é chamado a julgar quando os outros demoram.” Corrêa da Veiga assumiu o tribunal em outubro, substituindo a ministra Maria Cristina Peduzzi. Durante seu mandato (2024-2026), ele quer reafirmar a competência da Justiça do Trabalho. Para o ministro, temas trabalhistas devem ser julgados pelo esfera do trabalho, e não pela Justiça comum. E pretende ampliar a cultura de precedentes no tribunal e a conciliação. Leia a seguir os principais trechos da entrevista:

Valor: *A mudança da escala de trabalho 6 por 1, em discussão no Congresso, governo e redes sociais, propõe diminuir a carga horária semanal de 44 para 36 horas. Como o senhor vê uma possível alteração na jornada de trabalho?*

Aloysio Corrêa da Veiga: Nós já tivemos variações em relação à jornada de trabalho. Hoje, a nossa Constituição diz 44 horas semanais, mas a França, por exemplo, já se posicionou por 36 horas, assim como



CLIPPING

DATA
18.11.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
21 de 28

RESPONSÁVEL
Iris Helena

outros países europeus. Então, é uma questão da vontade do povo e é preciso tramitação no Congresso Nacional. A PEC da deputada Erika Hilton (Psol-SP) já obteve o número necessário de adesões para a tramitação. Eu entendo que as pessoas precisam de tempo para se dedicar ao estudo e outras atividades, mas a jornada de trabalho é uma questão complexa. A começar porque ela é característica de vinculação no contrato formal de trabalho, regulado pela CLT [Consolidação das Leis do Trabalho]. Nas outras modalidades de relação de trabalho, há uma flexibilidade um pouco maior, pelo princípio da autonomia da vontade, não intervenção do Estado, todas essas questões. É um tema complexo e é preciso desenvolver um estudo sobre isso e ampliar o debate. O que nós estamos precisando no Brasil é de pleno emprego, porque temos uma diversidade muito grande e uma desigualdade abissal. Houve aumento da relação de emprego, mesmo assim, o contingente da informalidade é muito grande. Então nós precisamos - não estou criticando, estou apenas constatando - que a nossa preocupação maior seja com o pleno emprego. Se nós tivermos o pleno emprego, podemos nos dedicar a uma série de outros elementos, como capacitação.

Valor: *Na avaliação do senhor, a discussão sobre a jornada estaria atropelando outras importantes discussões trabalhistas?*

Corrêa da Veiga: Não está atropelando, cada coisa no seu tempo. Pode conviver. Nós podemos tratar de tudo ao mesmo tempo.

Valor: *O ministro Edson Fachin, do Supremo, chamou audiência pública em dezembro para discutir a "uberização" do trabalho. Como o senhor entende essa nova relação de trabalho?*

Corrêa da Veiga: A relação do trabalho se ampliou em demasia. Na questão da uberização é preciso entender o seguinte: há aqueles que podem ser empregados; outros são profissionais; há aqueles que pegam o Uber como complemento de renda; e outros, como os da terceira idade, que querem ter uma renda extra e sem vinculação objetiva de trabalho, de subordinação de horário etc. Então cada situação precisa ser abrangida, sob pena de se criar uma regra única para situações diferentes. Por exemplo: é legítima a possibilidade de um estudante nas férias fazer um Uber? A questão fica em aberto. Então é preciso que haja ampliação do debate e claro que o foro competente seria o Congresso.

Valor: *Cabe ao STF discutir o tema da uberização?*

Corrêa da Veiga: O Supremo está sendo convocado porque a atividade jurisdicional é provocada, ela não é de ofício. Está sendo provocado para dizer o seguinte: tem ou não tem vínculo de emprego. Precisamos entender que três coisas exigem uma solução imediata: a Previdência Social, o seguro a acidente e a desconexão. A Previdência Social é contributiva, nós precisamos contribuir para ter o retorno. Quanto ao seguro de acidente, é preciso ter algo: morrem dois motoqueiros por dia em São Paulo de acidente. O terceiro é a desconexão: eu não posso fechar os olhos para que a uberização permita a uma pessoa ficar 18 horas ligada. É um risco absoluto, para o trabalhador e para a sociedade.

Valor: *O senhor acredita que o Supremo vai decidir antes a questão do vínculo e depois o Congresso Nacional vai regular?*

Corrêa da Veiga: Eu creio que o Congresso está meio parado. Eles são os nossos representantes e já deviam estar com um grupo de trabalho abrangente sobre isso para aprofundar o debate. É claro que o Judiciário é chamado a julgar quando os outros demoram.



CLIPPING

DATA

18.11.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

22 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Valor: *Recentemente o ministro Flávio Dino disse, durante um julgamento na 1ª Turma, que seria preciso revisitar a decisão do STF que permitiu a terceirização da atividade-fim porque estão confundindo terceirização e "pejotização". O senhor também vê essa confusão?*

Corrêa da Veiga: Pejotização e terceirização são dois institutos diferentes. A pejotização é um neologismo para designar uma pessoa jurídica unipessoal, o PJ. Então a relação que se daria é da pessoa jurídica diretamente com o tomador de serviço. Nós temos hoje várias formas, como o MEI [Microempreendedor Individual]. Na terceirização, há uma tripartição na atividade. O prestador de serviço, uma empresa prestadora de serviço e uma empresa tomadora de serviço. A reforma trabalhista entendeu que a terceirização é possível na atividade-fim. Isso já está pacificado e sedimentado. Sobre a pejotização é preciso entender o seguinte: quando houver fraude, há a descaracterização da própria pejotização. Então é preciso saber da apuração da fraude no julgamento. Agora, dentro das relações normais, não se pode presumir fraude.

Valor: *Os ministros do Supremo vêm apontando um crescimento de reclamações constitucionais em matéria trabalhista. Existe resistência da Justiça do Trabalho em cumprir os precedentes firmados no STF?*

Corrêa da Veiga: O que tem havido com a reclamação constitucional é que ela é interposta "per saltum", ou seja, a parte não esgota toda a instância trabalhista e uma decisão precária de um juiz do primeiro grau desafia a decisão constitucional antes mesmo da instância trabalhista se manifestar. Se fossem cumpridas as etapas processuais, diminuiria-se em um décimo a quantidade de reclamações. Às vezes acusam a Justiça do Trabalho de estar descumprindo decisões do STF. Não é verdade, não há descumprimento.

Valor: *Por que as partes preferem recorrer diretamente ao STF e não seguir todas as etapas da Justiça trabalhista. Estratégia processual?*

Corrêa da Veiga: Com certeza. Diferentemente do processo civil, no processo do trabalho só se chega no STF depois que se esgota toda a instância trabalhista. Ou seja, o processo passa pelo primeiro grau de jurisdição, segundo grau e chega no TST. Só depois de julgado pelo TST é que se desafia um recurso extraordinário no STF. A reclamação constitucional diminui esse caminho. Na Justiça comum não há necessidade dos tribunais regionais, é possível um recurso especial para o STJ [Superior Tribunal de Justiça] e um recurso extraordinário para o STF concomitantemente.

Valor: *Na opinião do senhor, o uso da reclamação constitucional pelas partes sem esgotamento das instâncias trabalhistas é uma atitude de desrespeito à Justiça do Trabalho?*

Corrêa da Veiga: Não, pois a lei processual civil garantiu que toda vez que houver uma decisão contrária à decisão do STF desafia o julgado à reclamação constitucional. Mas isso está demonstrando que realmente é desnecessário o "per saltum". Isso facilita a parte porque eu tenho um resultado imediato sem precisar esgotar as instâncias.

Valor: *Nas últimas duas eleições tivemos muitas denúncias de assédio eleitoral, em especial em 2022. Como o TST vem tratando essa questão?*

Corrêa da Veiga: Todo assédio é condenável. Agora vou dizer o seguinte: não é uma novidade. Antigamente davam uma bota, dentadura. Era a modalidade de se obter votos. E isso mudou. A nossa mudança foi radical. A velocidade da mudança foi radical por causa das novas tecnologias.

Valor: *O senhor assumiu recentemente o TST. Quais serão as marcas que quer imprimir em sua gestão?*

Corrêa da Veiga: Equilíbrio, coerência e estabilidade nas decisões e isso só se dará com a cultura de precedente a partir de julgamentos aprofundados sobre temas repetitivos. Assim como estabelecermos a cultura da conciliação, o que já vínhamos fazendo no âmbito da vice-presidência.

Valor: *Em seu discurso de posse, o senhor disse que é preciso que a Justiça do Trabalho reafirme a sua competência. O que isso significa?*

Corrêa da Veiga: Quem conhece a relação de trabalho para julgar é a Justiça do Trabalho. Então é não abrandar a competência constitucional que nos é reservada.

STJ mantém decisão contra tributação de stock options

Acórdão da 1ª Seção impede a incidência de Imposto de Renda na compra dos papéis

Marcela Villar



A Fazenda Nacional não conseguiu reverter a derrota que sofreu, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), na discussão sobre a tributação dos planos de opção de compra de ações - os chamados “stock options plans”. A 1ª Seção negou recurso da União e manteve decisão que impede a incidência de Imposto de Renda (IR) - com alíquota de até 27,5% - na compra dos papéis. O entendimento dos ministros, em julgamento realizado em setembro, foi o de que a natureza jurídica dos acordos é mercantil e não remuneratória. A cobrança só ocorrerá depois, na venda das ações, se houver acréscimo patrimonial.

O recurso (embargos de declaração) da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não foi sequer debatido em sessão realizada na semana passada e foi rejeitado por unanimidade. Como o assunto é julgado em recurso repetitivo, a decisão deve ser seguida pelas demais instâncias do Judiciário (REsp 2069644 e REsp 2074564). Segundo advogados, o entendimento dos ministros pode influenciar outro caso no STJ, como o da incidência de contribuição previdenciária patronal sobre os stock options (REsp 2161509). O fundamento, dizem, é o mesmo, de que não configura remuneração.

Esse tema já foi analisado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no final de 2023, e o recurso do contribuinte não foi acolhido. Para os ministros, a matéria seria infraconstitucional. Ou seja, caberia ao STJ dar a palavra final (RE 1436593). Os planos de stock options, previstos no artigo 168 da Lei das S/A, de nº 6.404/1976, servem como incentivo para reter empregados de companhias abertas. Eles podem comprar participação na empresa por um preço pré-fixado e carência para a venda. O governo entende que a tributação deve ocorrer tanto na compra quanto na alienação das ações (se houver ganho de capital). Já os contribuintes defendem que não há acréscimo de patrimônio no primeiro momento, pois o trabalhador paga pela aquisição dos papéis.

No recurso, a PGFN insistiu no argumento de que os planos têm natureza remuneratória. “Ainda que não consista em salário, nos termos da legislação trabalhista, é evidente que configura um rendimento decorrente



CLIPPING

DATA

18.11.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

24 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

do trabalho, na modalidade de um bem”, afirma o órgão, em petição. Alega ainda violação ao artigo 153, III, da Constituição e que o STJ não teria se pronunciado sobre qual seria a base de cálculo do IR. Os casos julgados pelo STJ são de ex-executivos do Grupo Qualicorp. Um deles, que aderiu ao plano em 2011, pagou preço pré-fixado e, na venda, recolheu 15% de IR sobre a diferença. Ele buscou afastar a alíquota de 27,5%, defendendo que não seria remuneração. A sentença foi desfavorável, mas revertida por decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) - a qual o STJ manteve. Na outra ação, a sentença e decisão do TRF-3 foram contrárias, mas reformadas pelo STJ.

Para Alexandre Insfran, do Velloza Advogados, a manutenção da decisão é positiva e deve ser replicada no recurso que analisará a incidência de contribuição previdenciária. “É a mesma questão. Mas se discute que não seria remuneração a diferença entre o preço de exercício e o valor de mercado no momento da aquisição das ações e, para o IR, se fala em acréscimo patrimonial”, diz. Insfran acredita ser difícil a União reverter o entendimento do STJ. Segundo ele, os ministros deixaram claras as características dos contratos de stock options - voluntariedade, onerosidade e risco. “Temos voltado para nossos clientes para que eles possam ter cautela na elaboração dos novos planos e contenham esses critérios, evitando questionamento da Receita Federal.”

Um projeto de lei sobre o tema, acrescenta, tramita na Câmara dos Deputados, já aprovado no Senado. O texto está em linha com o que decidiu o STJ. “É muito bem-vindo, pois traz segurança jurídica aos contratos”, afirma. A única deficiência do PL nº 2724/2022 é a falta de critério para precificação das ações, diz. Breno Vasconcelos, do Manrich e Vasconcelos, que atua pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) no caso do STJ, diz que a Fazenda pode mover novos embargos, mas eles podem ser considerados protelatórios e uma multa ser aplicada. “Esse recurso analisado já traz uma argumentação absolutamente incorreta. Demonstra mero inconformismo da Fazenda.”

Uma das omissões apontadas, da falta de base de cálculo, está indicado na própria tese, diz Vasconcelos. “Não tem muita dúvida de que é o ganho de capital.” Ele também entende que o resultado pode influenciar no julgamento da contribuição previdenciária. “Os votos vencedores do acórdão estabeleceram como premissa a natureza mercantil”, completa, acreditando que a União tentará desvincular os dois temas. Procurada pelo Valor, a PGFN não deu retorno até o fechamento da edição.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 18.11.2024 – PÁG. E2

Complexidade da reforma tributária pode encarecer a moradia

Não podemos permitir uma reforma tributária em que sistemas teóricos e complexos acarretarão impactos prejudiciais ao desenvolvimento econômico e social do Brasil

Caio Portugal

Durante a corrida espacial, os Estados Unidos contrataram os melhores engenheiros e cientistas para desenvolver os mais modernos equipamentos e quase perfeitos sistemas. Gastaram milhões de dólares em projetos para criar os mais adequados artefatos para funcionamento em gravidade zero. Contudo, em alguns casos, a solução tradicional provou ser mais eficiente.



O lápis se mostrou mais barato e eficaz do que a caneta em gravidade zero, e um simples elástico foi capaz de se sobrepôr a um inventivo projeto de milhares de dólares que prometia segurar objetos no espaço. Enfim, o simples, em muitos casos, mostrou-se muito mais eficiente em relação ao intrincado e cientificamente mais “correto”, cuja superioridade agradava apenas as pranchetas dos cientistas.

No âmbito da reforma tributária do consumo, essa história parece se repetir. Não se trata de negar a necessidade de uma reforma para substituir o atual regime tributário que é caótico, para dizer o mínimo. Mas será que estamos deixando de olhar o simples que, mesmo mais “rústico” ou elementar, ainda continua sendo eficiente e seguro? Não haveria uma forma de manter a singeleza do modelo atual e os benefícios do novo sistema? Não seria por aí que manteríamos a arrecadação, a não cumulatividade para operações que se encontrem no meio da cadeia, facilitando tratativas com consumidores finais?

Em comparação com o regime em vigor, o setor imobiliário, em particular, terá mais complexidades no novo sistema. Moradia, lote urbanizado e aluguel residencial terão aumento de custo e, portanto, de preço para a sociedade, ocasionando um impacto negativo no combate do déficit habitacional, estimado em inadmissíveis sete milhões de unidades. Exemplo disso é o regime especial de tributação das incorporadoras (RET - Lei nº 10.931/2023) e a tributação no loteamento e na locação, que hoje é simples e eficaz, lidando apenas com dois elementos: receita bruta e alíquota. De outro lado, as regras trazidas pelo atual texto do Projeto de Lei (PL) nº 68/2024, que irá regulamentar os novos tributos do consumo - a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) -, traz uma gama de complexidades para apuração dos impostos. Teremos de lidar com inúmeras regras que tratam de redutor de ajuste, redutor social, valor de referência, CIB/Cadastro Imobiliário Brasileiro (que não existe), regras de creditamento, regras de transição etc. É fato que a nova sistemática de tributação para operações com bens imóveis exigirá investimentos significativos para que as empresas fiquem em conformidade, o que irá repercutir no preço da moradia.

Consequência disso é que, no caso das operações com bens imóveis, haverá mais regras a cumprir e exponencial insegurança jurídica, pois as empresas terão enormes dificuldades em lidar com tamanha

complexidade. Além disso, há a possibilidade de a informalidade aumentar, pois alguns podem optar por evitar a burocracia - o efeito 'cisne negro' identificado pelo economista Nassim Taleb, professor da Universidade de Nova Iorque, que desnudou a fragilidade de sistemas complexos e supostamente seguros.

O atual regime tributário para as atividades imobiliárias é inteligível e eficiente. Por que complicar? A reforma tributária deve buscar a segurança jurídica e a simplificação do sistema. Essa foi a promessa do governo. Não precisamos da caneta perfeita, que implicará em investimentos milionários, imensa incompreensibilidade e burocracia, o que levará o brasileiro a pagar mais caro para realizar o sonho da casa própria. Há como evitar que isso aconteça. Não podemos permitir uma reforma tributária em que sistemas teóricos e complexos acarretarão impactos prejudiciais ao desenvolvimento econômico e social do Brasil. Afinal, como afirma Taleb, a simplicidade é a marca da perfeição.

STJ: Juiz pode obrigar Google a tirar vídeos do ar em outros países

Decisão da 3ª Turma foi a primeira de um colegiado do tribunal superior sobre o assunto

Luiza Calegari

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que uma decisão judicial proferida por um juiz brasileiro pode obrigar o Google a retirar um vídeo do ar em outros países. Foi a primeira decisão colegiada da Corte sobre o assunto. No caso analisado pela 3ª Turma, uma empresa pedia a remoção de um vídeo postado no YouTube em que apareciam empregados usando uniformes com sua marca em um local com infestação de ratos, mas sem evidência de que se tratasse das dependências da própria empresa.



Em primeira instância, a companhia conseguiu liminar para tirar o vídeo do ar. O Google, dono do YouTube, cumpriu a determinação. A autora da ação, no entanto, alegou que o vídeo continuava disponível fora do país, o que configuraria descumprimento. Mas não obteve sucesso. Em segunda instância, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) reformou a sentença e obrigou a remoção em âmbito internacional, o que levou o Google a recorrer ao STJ. Prevaleceu, no julgamento, o entendimento da relatora, ministra Nancy Andrighi (REsp 2147711). Para ela, mesmo antes da edição do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), as decisões judiciais a respeito de conteúdos publicados em rede já tinham efeitos extraterritoriais, “diante da preocupação com a efetividade e a viabilidade da prestação jurisdicional, sob pena de a rede mundial de computadores se tornar uma ‘terra de ninguém’”.

Segundo Nancy Andrighi, “inexiste ofensa, em tese, à soberania estrangeira na efetivação, de forma global, de uma ordem judicial civil específica de indisponibilidade de conteúdo considerado infrator segundo o Direito brasileiro”. O ministro Humberto Martins a acompanhou, afirmando que a efetivação do direito deve se dar de forma “transfronteiriça”. Moura Ribeiro também seguiu a relatora. Ficaram vencidos os ministros



CLIPPING

DATA

18.11.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

27 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze. O tema é recente no Judiciário. Até outubro deste ano, havia apenas seis precedentes, segundo levantamento de jurimetria feito pela Juit. Cinco deles são do TJSP e há uma decisão monocrática (de um só ministro) do próprio STJ, que não chegou a analisar o mérito. De todos eles, apenas um, do TJSP, tinha restringido os efeitos ao território nacional.

Especialistas em Direito Digital se dividem a respeito dos efeitos práticos da decisão. Para alguns, a possibilidade de extensão extraterritorial dos julgados afronta a soberania de outros países. Daniel Becker, sócio do BBL Advogados, entende que as decisões brasileiras não podem “adentrar a esfera jurisdicional de outro país”, especialmente porque existem procedimentos específicos para validação de sentença estrangeira. “Não tem como garantir a eficácia dessa validação sem seguir os procedimentos determinados pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro [Decreto-Lei nº 4.657/42]”, afirma. Paulo Lilla, sócio do Lefosse, pondera que a decisão acompanha a “tendência do STJ de reconhecer o alcance da jurisdição brasileira sobre provedores estrangeiros e ilícitos ocorridos na internet”. No entanto, afirma, “não se pode deixar de reconhecer um possível conflito de jurisdições no caso, considerando que uma decisão de exclusão de conteúdo no Brasil pode corresponder, por exemplo, à violação ao direito de liberdade de expressão em outra jurisdição”.

A defesa do Google não respondeu ao pedido de posicionamento. Em sustentação oral no julgamento, o advogado Eduardo Bastos Furtado de Mendonça, que defende a big tech, afirmou que o próprio Código de Processo Civil delimita a jurisdição civil a todo o território nacional. Ele comparou o caso julgado a uma ordem de suspensão de comercialização de um livro, que, segundo defendeu, não poderia produzir efeitos em outros países. Por outro lado, Juliana Abrusio, sócia do Machado Meyer, diz que, se o pedido não foi direcionado aos Estados Unidos, mas a uma empresa privada, não há violação. “Se o juiz brasileiro mandasse os Estados Unidos fazerem alguma coisa, seria violação de soberania. Mas o pedido diz respeito a relações absolutamente horizontais brasileiras. Hoje, a tutela dessas relações exige essa releitura.”

Rafael Maciel, sócio da Rafael Maciel Sociedade de Advogados, que defende a empresa no processo, afirma que, na verdade, “seria uma afronta à soberania do Estado brasileiro se o STJ determinasse o cumprimento da ordem de forma parcial ou restrita”. O Google, acrescenta, “cumpre prontamente ordens de remoção em todo o mundo com base no Digital Millennium Copyright Act (DMCA) dos Estados Unidos, uma legislação de direitos autorais que afeta inclusive domínios globais e nacionais brasileiros”.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia 18 de novembro – Dia do Conselheiro Tutelar

O dia do Conselheiro Tutelar é celebrado no dia 18 de Novembro. A data foi instituída pela Lei nº 11.622, de 19 de dezembro de 2007

A função de Conselheiro Tutelar foi criada em Julho de 1990, juntamente com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Um Conselheiro Tutelar deve lutar pelos direitos das crianças e adolescentes da sua comunidade. Este cargo público implica exercer o papel de educador e orientador dos mais jovens, criando iniciativas que potenciem o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Deve ter um apurado sentido de ética e determinação para gerir conflitos que possam aparecer durante o seu trabalho.

Um Conselheiro Tutelar faz parte de um Conselho Tutelar, um órgão permanente e autônomo, criado de acordo com o artigo 131 do ECA. Para exercer esta tarefa de grande responsabilidade, os candidatos devem prestar uma prova de seleção. Os conselheiros são eleitos de três em três anos, pela comunidade do município onde o conselheiro vai atuar.

Em 2012 os Conselheiros Tutelares foram reconhecidos a nível legal, sendo que foi estabelecido que precisam de uma remuneração e formação contínua ao longo da carreira.

